

Platforms' Unite! - Partnerships for Advocacy

IFP's Partnership with its National Members

Declaração da Rede de Plataformas Lusófonas de ONG

As Plataformas de ONG de países de língua portuguesa¹ reunidas em Lisboa, no dia 27 de maio de 2019, declaram a constituição da Rede de Plataformas Lusófonas de ONG (RePLONG).

Esta sinergia baseia-se na reafirmação de valores solidários e na constatação de desafios comuns e no reconhecimento do papel determinante que as organizações da Sociedade Civil desempenham nos seus países para o reforço da democracia e defesa dos Direitos Humanos.

Reconhecemos a premência da implementação de modelos de desenvolvimento alternativos, ambientalmente sustentáveis, socialmente justos e solidários baseados no Bem Viver. Esta nova epistemologia constitui uma visão holística e uma oportunidade para construir coletivamente, de forma plural, um novo sentido de Vida, baseado na reciprocidade e solidariedade como vias para o bem-estar e felicidade dos povos. Tal implica um processo a ser construído em comunhão de respeito com a natureza e de interculturalidade com os/as outros/as, num sentido comunitário, e não de forma separada ou exploradora. Com o objetivo de definir estratégias conjuntas de ação para a concretização de desígnios comuns, nomeadamente em matéria de melhoria das políticas públicas e da sua coerência com vista ao desenvolvimento sustentável, a RePLONG subscreve um conjunto de princípios delineadores da sua ação:

- A erradicação da pobreza e o combate às desigualdades, a promoção da inclusão social, o empoderamento das mulheres e das meninas, e seus respetivos direitos reprodutivos, o combate a todas as formas de discriminação com base no país de origem, etnia, religião, género e orientação sexual, são condições essenciais para o desenvolvimento sustentável;

¹ Associação Brasileira de ONG – organizações em defesa dos direitos e bens comuns, Federação das ONG de São Tomé e Príncipe, Fórum das ONG Angolanas, Fórum das ONG de Timor-Leste, JOINT – Liga de ONG de Moçambique, Plataforma de ONG de Cabo Verde e Plataforma Portuguesa de ONGD.

Parceiros:



Cofinanciamento:



Apoio:



Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos parceiros do projeto e não poderá em caso algum ser entendido como expressão da posição da União Europeia.

Platforms' Unite! - Partnerships for Advocacy

IFP's Partnership with its National Members

- O respeito pela soberania popular e pelo direito de autodeterminação dos povos é inalienável e deve ser protegido, sobretudo num contexto de crise da democracia e de incremento do populismo em vários pontos do mundo;
- A participação efetiva da Sociedade Civil em todos os níveis dos processos de formulação das políticas públicas e a preservação da sua autonomia, devem ser garantidas para que a democracia participativa se consiga afirmar e consolidar como um direito universal;
- O cumprimento do trabalho de interesse público desenvolvido pelas Organizações da Sociedade Civil, requer um reconhecimento por parte do Estado, a criação das condições concretas e a mobilização dos recursos necessários.
- É essencial assegurar a transparência, a prestação de contas e o acesso à informação de forma compreensível, como princípios básicos de boa governança.

As Plataformas de ONG de Países Lusófonos reconhecem assim o caráter transformador do marco dos Direitos Humanos, entendendo que a Agenda 2030 constitui um patamar mínimo de compromisso. Apelamos a todos os atores relevantes que ajam em conformidade e com urgência na efetivação de um mundo mais justo, equitativo, igualitário e sustentável.

Parceiros:



Cofinanciamento:



Apoio:



Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos parceiros do projeto e não poderá em caso algum ser entendido como expressão da posição da União Europeia.

Platforms' Unite! - Partnerships for Advocacy

IFP's Partnership with its National Members

Declaração da Rede de Plataformas Lusófonas de ONG

As Plataformas de ONG de países de língua portuguesa¹ reunidas em Lisboa, no dia 27 de maio de 2019, declaram a constituição da Rede de Plataformas Lusófonas de ONG (RePLONG).

Esta sinergia baseia-se na reafirmação de valores solidários e na constatação de desafios comuns e no reconhecimento do papel determinante que as organizações da Sociedade Civil desempenham nos seus países para o reforço da democracia e defesa dos Direitos Humanos.

Reconhecemos a premência da implementação de modelos de desenvolvimento alternativos, ambientalmente sustentáveis, socialmente justos e solidários baseados no Bem Viver. Esta nova epistemologia constitui uma visão holística e uma oportunidade para construir coletivamente, de forma plural, um novo sentido de Vida, baseado na reciprocidade e solidariedade como vias para o bem-estar e felicidade dos povos. Tal implica um processo a ser construído em comunhão de respeito com a natureza e de interculturalidade com os/as outros/as, num sentido comunitário, e não de forma separada ou exploradora. Com o objetivo de definir estratégias conjuntas de ação para a concretização de desígnios comuns, nomeadamente em matéria de melhoria das políticas públicas e da sua coerência com vista ao desenvolvimento sustentável, a RePLONG subscreve um conjunto de princípios delineadores da sua ação:

- A erradicação da pobreza e o combate às desigualdades, a promoção da inclusão social, o empoderamento das mulheres e das meninas, e seus respetivos direitos reprodutivos, o combate a todas as formas de discriminação com base no país de origem, etnia, religião, género e orientação sexual, são condições essenciais para o desenvolvimento sustentável;

¹ Associação Brasileira de ONG – organizações em defesa dos direitos e bens comuns, Federação das ONG de São Tomé e Príncipe, Fórum das ONG Angolanas, Fórum das ONG de Timor-Leste, JOINT – Liga de ONG de Moçambique, Plataforma de ONG de Cabo Verde e Plataforma Portuguesa de ONGD.

Parceiros:



Cofinanciamento:



Apoio:



Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos parceiros do projeto e não poderá em caso algum ser entendido como expressão da posição da União Europeia.

Platforms' Unite! - Partnerships for Advocacy

IFP's Partnership with its National Members

- O respeito pela soberania popular e pelo direito de autodeterminação dos povos é inalienável e deve ser protegido, sobretudo num contexto de crise da democracia e de incremento do populismo em vários pontos do mundo;
- A participação efetiva da Sociedade Civil em todos os níveis dos processos de formulação das políticas públicas e a preservação da sua autonomia, devem ser garantidas para que a democracia participativa se consiga afirmar e consolidar como um direito universal;
- O cumprimento do trabalho de interesse público desenvolvido pelas Organizações da Sociedade Civil, requer um reconhecimento por parte do Estado, a criação das condições concretas e a mobilização dos recursos necessários.
- É essencial assegurar a transparência, a prestação de contas e o acesso à informação de forma compreensível, como princípios básicos de boa governança.

As Plataformas de ONG de Países Lusófonos reconhecem assim o caráter transformador do marco dos Direitos Humanos, entendendo que a Agenda 2030 constitui um patamar mínimo de compromisso. Apelamos a todos os atores relevantes que ajam em conformidade e com urgência na efetivação de um mundo mais justo, equitativo, igualitário e sustentável.

Parceiros:



Cofinanciamento:



Apoio:



Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos parceiros do projeto e não poderá em caso algum ser entendido como expressão da posição da União Europeia.

Platforms' Unite! - Partnerships for Advocacy

IFP's Partnership with its National Members

Declaração da Rede de Plataformas Lusófonas de ONG

As Plataformas de ONG de países de língua portuguesa¹ reunidas em Lisboa, no dia 27 de maio de 2019, declaram a constituição da Rede de Plataformas Lusófonas de ONG (RePLONG).

Esta sinergia baseia-se na reafirmação de valores solidários e na constatação de desafios comuns e no reconhecimento do papel determinante que as organizações da Sociedade Civil desempenham nos seus países para o reforço da democracia e defesa dos Direitos Humanos.

Reconhecemos a premência da implementação de modelos de desenvolvimento alternativos, ambientalmente sustentáveis, socialmente justos e solidários baseados no Bem Viver. Esta nova epistemologia constitui uma visão holística e uma oportunidade para construir coletivamente, de forma plural, um novo sentido de Vida, baseado na reciprocidade e solidariedade como vias para o bem-estar e felicidade dos povos. Tal implica um processo a ser construído em comunhão de respeito com a natureza e de interculturalidade com os/as outros/as, num sentido comunitário, e não de forma separada ou exploradora. Com o objetivo de definir estratégias conjuntas de ação para a concretização de desígnios comuns, nomeadamente em matéria de melhoria das políticas públicas e da sua coerência com vista ao desenvolvimento sustentável, a RePLONG subscreve um conjunto de princípios delineadores da sua ação:

- A erradicação da pobreza e o combate às desigualdades, a promoção da inclusão social, o empoderamento das mulheres e das meninas, e seus respetivos direitos reprodutivos, o combate a todas as formas de discriminação com base no país de origem, etnia, religião, género e orientação sexual, são condições essenciais para o desenvolvimento sustentável;

¹ Associação Brasileira de ONG – organizações em defesa dos direitos e bens comuns, Federação das ONG de São Tomé e Príncipe, Fórum das ONG Angolanas, Fórum das ONG de Timor-Leste, JOINT – Liga de ONG de Moçambique, Plataforma de ONG de Cabo Verde e Plataforma Portuguesa de ONGD.

Parceiros:



Cofinanciamento:



Apoio:



Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos parceiros do projeto e não poderá em caso algum ser entendido como expressão da posição da União Europeia.

Platforms' Unite! - Partnerships for Advocacy

IFP's Partnership with its National Members

- O respeito pela soberania popular e pelo direito de autodeterminação dos povos é inalienável e deve ser protegido, sobretudo num contexto de crise da democracia e de incremento do populismo em vários pontos do mundo;
- A participação efetiva da Sociedade Civil em todos os níveis dos processos de formulação das políticas públicas e a preservação da sua autonomia, devem ser garantidas para que a democracia participativa se consiga afirmar e consolidar como um direito universal;
- O cumprimento do trabalho de interesse público desenvolvido pelas Organizações da Sociedade Civil, requer um reconhecimento por parte do Estado, a criação das condições concretas e a mobilização dos recursos necessários.
- É essencial assegurar a transparência, a prestação de contas e o acesso à informação de forma compreensível, como princípios básicos de boa governança.

As Plataformas de ONG de Países Lusófonos reconhecem assim o caráter transformador do marco dos Direitos Humanos, entendendo que a Agenda 2030 constitui um patamar mínimo de compromisso. Apelamos a todos os atores relevantes que ajam em conformidade e com urgência na efetivação de um mundo mais justo, equitativo, igualitário e sustentável.

Parceiros:



Cofinanciamento:



Apoio:



Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos parceiros do projeto e não poderá em caso algum ser entendido como expressão da posição da União Europeia.

Platforms' Unite! - Partnerships for Advocacy

IFP's Partnership with its National Members

Declaração da Rede de Plataformas Lusófonas de ONG

As Plataformas de ONG de países de língua portuguesa¹ reunidas em Lisboa, no dia 27 de maio de 2019, declaram a constituição da Rede de Plataformas Lusófonas de ONG (RePLONG).

Esta sinergia baseia-se na reafirmação de valores solidários e na constatação de desafios comuns e no reconhecimento do papel determinante que as organizações da Sociedade Civil desempenham nos seus países para o reforço da democracia e defesa dos Direitos Humanos.

Reconhecemos a premência da implementação de modelos de desenvolvimento alternativos, ambientalmente sustentáveis, socialmente justos e solidários baseados no Bem Viver. Esta nova epistemologia constitui uma visão holística e uma oportunidade para construir coletivamente, de forma plural, um novo sentido de Vida, baseado na reciprocidade e solidariedade como vias para o bem-estar e felicidade dos povos. Tal implica um processo a ser construído em comunhão de respeito com a natureza e de interculturalidade com os/as outros/as, num sentido comunitário, e não de forma separada ou exploradora. Com o objetivo de definir estratégias conjuntas de ação para a concretização de desígnios comuns, nomeadamente em matéria de melhoria das políticas públicas e da sua coerência com vista ao desenvolvimento sustentável, a RePLONG subscreve um conjunto de princípios delineadores da sua ação:

- A erradicação da pobreza e o combate às desigualdades, a promoção da inclusão social, o empoderamento das mulheres e das meninas, e seus respetivos direitos reprodutivos, o combate a todas as formas de discriminação com base no país de origem, etnia, religião, género e orientação sexual, são condições essenciais para o desenvolvimento sustentável;

¹ Associação Brasileira de ONG – organizações em defesa dos direitos e bens comuns, Federação das ONG de São Tomé e Príncipe, Fórum das ONG Angolanas, Fórum das ONG de Timor-Leste, JOINT – Liga de ONG de Moçambique, Plataforma de ONG de Cabo Verde e Plataforma Portuguesa de ONGD.

Parceiros:



Cofinanciamento:



Apoio:



Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos parceiros do projeto e não poderá em caso algum ser entendido como expressão da posição da União Europeia.

Platforms' Unite! - Partnerships for Advocacy

IFP's Partnership with its National Members

- O respeito pela soberania popular e pelo direito de autodeterminação dos povos é inalienável e deve ser protegido, sobretudo num contexto de crise da democracia e de incremento do populismo em vários pontos do mundo;
- A participação efetiva da Sociedade Civil em todos os níveis dos processos de formulação das políticas públicas e a preservação da sua autonomia, devem ser garantidas para que a democracia participativa se consiga afirmar e consolidar como um direito universal;
- O cumprimento do trabalho de interesse público desenvolvido pelas Organizações da Sociedade Civil, requer um reconhecimento por parte do Estado, a criação das condições concretas e a mobilização dos recursos necessários.
- É essencial assegurar a transparência, a prestação de contas e o acesso à informação de forma compreensível, como princípios básicos de boa governança.

As Plataformas de ONG de Países Lusófonos reconhecem assim o caráter transformador do marco dos Direitos Humanos, entendendo que a Agenda 2030 constitui um patamar mínimo de compromisso. Apelamos a todos os atores relevantes que ajam em conformidade e com urgência na efetivação de um mundo mais justo, equitativo, igualitário e sustentável.

Parceiros:



Cofinanciamento:



Apoio:



Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos parceiros do projeto e não poderá em caso algum ser entendido como expressão da posição da União Europeia.

Platforms' Unite! - Partnerships for Advocacy

IFP's Partnership with its National Members

Declaração da Rede de Plataformas Lusófonas de ONG

As Plataformas de ONG de países de língua portuguesa¹ reunidas em Lisboa, no dia 27 de maio de 2019, declaram a constituição da Rede de Plataformas Lusófonas de ONG (RePLONG).

Esta sinergia baseia-se na reafirmação de valores solidários e na constatação de desafios comuns e no reconhecimento do papel determinante que as organizações da Sociedade Civil desempenham nos seus países para o reforço da democracia e defesa dos Direitos Humanos.

Reconhecemos a premência da implementação de modelos de desenvolvimento alternativos, ambientalmente sustentáveis, socialmente justos e solidários baseados no Bem Viver. Esta nova epistemologia constitui uma visão holística e uma oportunidade para construir coletivamente, de forma plural, um novo sentido de Vida, baseado na reciprocidade e solidariedade como vias para o bem-estar e felicidade dos povos. Tal implica um processo a ser construído em comunhão de respeito com a natureza e de interculturalidade com os/as outros/as, num sentido comunitário, e não de forma separada ou exploradora. Com o objetivo de definir estratégias conjuntas de ação para a concretização de desígnios comuns, nomeadamente em matéria de melhoria das políticas públicas e da sua coerência com vista ao desenvolvimento sustentável, a RePLONG subscreve um conjunto de princípios delineadores da sua ação:

- A erradicação da pobreza e o combate às desigualdades, a promoção da inclusão social, o empoderamento das mulheres e das meninas, e seus respetivos direitos reprodutivos, o combate a todas as formas de discriminação com base no país de origem, etnia, religião, género e orientação sexual, são condições essenciais para o desenvolvimento sustentável;

¹ Associação Brasileira de ONG – organizações em defesa dos direitos e bens comuns, Federação das ONG de São Tomé e Príncipe, Fórum das ONG Angolanas, Fórum das ONG de Timor-Leste, JOINT – Liga de ONG de Moçambique, Plataforma de ONG de Cabo Verde e Plataforma Portuguesa de ONGD.

Parceiros:



Cofinanciamento:



Apoio:



Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos parceiros do projeto e não poderá em caso algum ser entendido como expressão da posição da União Europeia.

Platforms' Unite! - Partnerships for Advocacy

IFP's Partnership with its National Members

- O respeito pela soberania popular e pelo direito de autodeterminação dos povos é inalienável e deve ser protegido, sobretudo num contexto de crise da democracia e de incremento do populismo em vários pontos do mundo;
- A participação efetiva da Sociedade Civil em todos os níveis dos processos de formulação das políticas públicas e a preservação da sua autonomia, devem ser garantidas para que a democracia participativa se consiga afirmar e consolidar como um direito universal;
- O cumprimento do trabalho de interesse público desenvolvido pelas Organizações da Sociedade Civil, requer um reconhecimento por parte do Estado, a criação das condições concretas e a mobilização dos recursos necessários.
- É essencial assegurar a transparência, a prestação de contas e o acesso à informação de forma compreensível, como princípios básicos de boa governança.

As Plataformas de ONG de Países Lusófonos reconhecem assim o caráter transformador do marco dos Direitos Humanos, entendendo que a Agenda 2030 constitui um patamar mínimo de compromisso. Apelamos a todos os atores relevantes que ajam em conformidade e com urgência na efetivação de um mundo mais justo, equitativo, igualitário e sustentável.

Parceiros:



Cofinanciamento:



Apoio:



Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos parceiros do projeto e não poderá em caso algum ser entendido como expressão da posição da União Europeia.

Platforms' Unite! - Partnerships for Advocacy

IFP's Partnership with its National Members

Declaração da Rede de Plataformas Lusófonas de ONG

As Plataformas de ONG de países de língua portuguesa¹ reunidas em Lisboa, no dia 27 de maio de 2019, declaram a constituição da Rede de Plataformas Lusófonas de ONG (RePLONG).

Esta sinergia baseia-se na reafirmação de valores solidários e na constatação de desafios comuns e no reconhecimento do papel determinante que as organizações da Sociedade Civil desempenham nos seus países para o reforço da democracia e defesa dos Direitos Humanos.

Reconhecemos a premência da implementação de modelos de desenvolvimento alternativos, ambientalmente sustentáveis, socialmente justos e solidários baseados no Bem Viver. Esta nova epistemologia constitui uma visão holística e uma oportunidade para construir coletivamente, de forma plural, um novo sentido de Vida, baseado na reciprocidade e solidariedade como vias para o bem-estar e felicidade dos povos. Tal implica um processo a ser construído em comunhão de respeito com a natureza e de interculturalidade com os/as outros/as, num sentido comunitário, e não de forma separada ou exploradora. Com o objetivo de definir estratégias conjuntas de ação para a concretização de desígnios comuns, nomeadamente em matéria de melhoria das políticas públicas e da sua coerência com vista ao desenvolvimento sustentável, a RePLONG subscreve um conjunto de princípios delineadores da sua ação:

- A erradicação da pobreza e o combate às desigualdades, a promoção da inclusão social, o empoderamento das mulheres e das meninas, e seus respetivos direitos reprodutivos, o combate a todas as formas de discriminação com base no país de origem, etnia, religião, género e orientação sexual, são condições essenciais para o desenvolvimento sustentável;

¹ Associação Brasileira de ONG – organizações em defesa dos direitos e bens comuns, Federação das ONG de São Tomé e Príncipe, Fórum das ONG Angolanas, Fórum das ONG de Timor-Leste, JOINT – Liga de ONG de Moçambique, Plataforma de ONG de Cabo Verde e Plataforma Portuguesa de ONGD.

Parceiros:



Cofinanciamento:



Apoio:



Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos parceiros do projeto e não poderá em caso algum ser entendido como expressão da posição da União Europeia.

Platforms' Unite! - Partnerships for Advocacy

IFP's Partnership with its National Members

- O respeito pela soberania popular e pelo direito de autodeterminação dos povos é inalienável e deve ser protegido, sobretudo num contexto de crise da democracia e de incremento do populismo em vários pontos do mundo;
- A participação efetiva da Sociedade Civil em todos os níveis dos processos de formulação das políticas públicas e a preservação da sua autonomia, devem ser garantidas para que a democracia participativa se consiga afirmar e consolidar como um direito universal;
- O cumprimento do trabalho de interesse público desenvolvido pelas Organizações da Sociedade Civil, requer um reconhecimento por parte do Estado, a criação das condições concretas e a mobilização dos recursos necessários.
- É essencial assegurar a transparência, a prestação de contas e o acesso à informação de forma compreensível, como princípios básicos de boa governança.

As Plataformas de ONG de Países Lusófonos reconhecem assim o caráter transformador do marco dos Direitos Humanos, entendendo que a Agenda 2030 constitui um patamar mínimo de compromisso. Apelamos a todos os atores relevantes que ajam em conformidade e com urgência na efetivação de um mundo mais justo, equitativo, igualitário e sustentável.

Parceiros:



Cofinanciamento:



Apoio:



Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos parceiros do projeto e não poderá em caso algum ser entendido como expressão da posição da União Europeia.

Platforms' Unite! - Partnerships for Advocacy

IFP's Partnership with its National Members

Declaração da Rede de Plataformas Lusófonas de ONG

As Plataformas de ONG de países de língua portuguesa¹ reunidas em Lisboa, no dia 27 de maio de 2019, declaram a constituição da Rede de Plataformas Lusófonas de ONG (RePLONG).

Esta sinergia baseia-se na reafirmação de valores solidários e na constatação de desafios comuns e no reconhecimento do papel determinante que as organizações da Sociedade Civil desempenham nos seus países para o reforço da democracia e defesa dos Direitos Humanos.

Reconhecemos a premência da implementação de modelos de desenvolvimento alternativos, ambientalmente sustentáveis, socialmente justos e solidários baseados no Bem Viver. Esta nova epistemologia constitui uma visão holística e uma oportunidade para construir coletivamente, de forma plural, um novo sentido de Vida, baseado na reciprocidade e solidariedade como vias para o bem-estar e felicidade dos povos. Tal implica um processo a ser construído em comunhão de respeito com a natureza e de interculturalidade com os/as outros/as, num sentido comunitário, e não de forma separada ou exploradora. Com o objetivo de definir estratégias conjuntas de ação para a concretização de desígnios comuns, nomeadamente em matéria de melhoria das políticas públicas e da sua coerência com vista ao desenvolvimento sustentável, a RePLONG subscreve um conjunto de princípios delineadores da sua ação:

- A erradicação da pobreza e o combate às desigualdades, a promoção da inclusão social, o empoderamento das mulheres e das meninas, e seus respetivos direitos reprodutivos, o combate a todas as formas de discriminação com base no país de origem, etnia, religião, género e orientação sexual, são condições essenciais para o desenvolvimento sustentável;

¹ Associação Brasileira de ONG – organizações em defesa dos direitos e bens comuns, Federação das ONG de São Tomé e Príncipe, Fórum das ONG Angolanas, Fórum das ONG de Timor-Leste, JOINT – Liga de ONG de Moçambique, Plataforma de ONG de Cabo Verde e Plataforma Portuguesa de ONGD.

Parceiros:



Cofinanciamento:



Apoio:



Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos parceiros do projeto e não poderá em caso algum ser entendido como expressão da posição da União Europeia.

Platforms' Unite! - Partnerships for Advocacy

IFP's Partnership with its National Members

- O respeito pela soberania popular e pelo direito de autodeterminação dos povos é inalienável e deve ser protegido, sobretudo num contexto de crise da democracia e de incremento do populismo em vários pontos do mundo;
- A participação efetiva da Sociedade Civil em todos os níveis dos processos de formulação das políticas públicas e a preservação da sua autonomia, devem ser garantidas para que a democracia participativa se consiga afirmar e consolidar como um direito universal;
- O cumprimento do trabalho de interesse público desenvolvido pelas Organizações da Sociedade Civil, requer um reconhecimento por parte do Estado, a criação das condições concretas e a mobilização dos recursos necessários.
- É essencial assegurar a transparência, a prestação de contas e o acesso à informação de forma compreensível, como princípios básicos de boa governança.

As Plataformas de ONG de Países Lusófonos reconhecem assim o caráter transformador do marco dos Direitos Humanos, entendendo que a Agenda 2030 constitui um patamar mínimo de compromisso. Apelamos a todos os atores relevantes que ajam em conformidade e com urgência na efetivação de um mundo mais justo, equitativo, igualitário e sustentável.

Parceiros:



Cofinanciamento:



Apoio:



Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos parceiros do projeto e não poderá em caso algum ser entendido como expressão da posição da União Europeia.

Platforms' Unite! - Partnerships for Advocacy

IFP's Partnership with its National Members

Declaração da Rede de Plataformas Lusófonas de ONG

As Plataformas de ONG de países de língua portuguesa¹ reunidas em Lisboa, no dia 27 de maio de 2019, declaram a constituição da Rede de Plataformas Lusófonas de ONG (RePLONG).

Esta sinergia baseia-se na reafirmação de valores solidários e na constatação de desafios comuns e no reconhecimento do papel determinante que as organizações da Sociedade Civil desempenham nos seus países para o reforço da democracia e defesa dos Direitos Humanos.

Reconhecemos a premência da implementação de modelos de desenvolvimento alternativos, ambientalmente sustentáveis, socialmente justos e solidários baseados no Bem Viver. Esta nova epistemologia constitui uma visão holística e uma oportunidade para construir coletivamente, de forma plural, um novo sentido de Vida, baseado na reciprocidade e solidariedade como vias para o bem-estar e felicidade dos povos. Tal implica um processo a ser construído em comunhão de respeito com a natureza e de interculturalidade com os/as outros/as, num sentido comunitário, e não de forma separada ou exploradora. Com o objetivo de definir estratégias conjuntas de ação para a concretização de desígnios comuns, nomeadamente em matéria de melhoria das políticas públicas e da sua coerência com vista ao desenvolvimento sustentável, a RePLONG subscreve um conjunto de princípios delineadores da sua ação:

- A erradicação da pobreza e o combate às desigualdades, a promoção da inclusão social, o empoderamento das mulheres e das meninas, e seus respetivos direitos reprodutivos, o combate a todas as formas de discriminação com base no país de origem, etnia, religião, género e orientação sexual, são condições essenciais para o desenvolvimento sustentável;

¹ Associação Brasileira de ONG – organizações em defesa dos direitos e bens comuns, Federação das ONG de São Tomé e Príncipe, Fórum das ONG Angolanas, Fórum das ONG de Timor-Leste, JOINT – Liga de ONG de Moçambique, Plataforma de ONG de Cabo Verde e Plataforma Portuguesa de ONGD.

Parceiros:



Cofinanciamento:



Apoio:



Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos parceiros do projeto e não poderá em caso algum ser entendido como expressão da posição da União Europeia.

Platforms' Unite! - Partnerships for Advocacy

IFP's Partnership with its National Members

- O respeito pela soberania popular e pelo direito de autodeterminação dos povos é inalienável e deve ser protegido, sobretudo num contexto de crise da democracia e de incremento do populismo em vários pontos do mundo;
- A participação efetiva da Sociedade Civil em todos os níveis dos processos de formulação das políticas públicas e a preservação da sua autonomia, devem ser garantidas para que a democracia participativa se consiga afirmar e consolidar como um direito universal;
- O cumprimento do trabalho de interesse público desenvolvido pelas Organizações da Sociedade Civil, requer um reconhecimento por parte do Estado, a criação das condições concretas e a mobilização dos recursos necessários.
- É essencial assegurar a transparência, a prestação de contas e o acesso à informação de forma compreensível, como princípios básicos de boa governança.

As Plataformas de ONG de Países Lusófonos reconhecem assim o caráter transformador do marco dos Direitos Humanos, entendendo que a Agenda 2030 constitui um patamar mínimo de compromisso. Apelamos a todos os atores relevantes que ajam em conformidade e com urgência na efetivação de um mundo mais justo, equitativo, igualitário e sustentável.

Parceiros:



Cofinanciamento:



Apoio:



Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos parceiros do projeto e não poderá em caso algum ser entendido como expressão da posição da União Europeia.